



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP



www.bancovw.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

O primeiro semestre de 2018 se destacou pela melhora do ambiente econômico e confiança do consumidor, proporcionando assim o crescimento da indústria automobilística nacional. Como consequência, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve-se com uma significativa participação no financiamento de veículos do Grupo Volkswagen. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como com suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais com os produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 15,9 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 13,2 bilhões.

DESTAQUES DO SEMESTRE

- Maior banco de montadora no Brasil, 17º colocado entre as instituições financeiras privadas e 22ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil referente a 31 de março de 2018.
- Responsável por 61,4% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 61,2% no segmento de caminhões e ônibus e 61,5% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAAA pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Sexta oferta pública de Letras Financeiras no valor de R\$ 490 milhões, atingindo o menor custo desde sua primeira emissão.
- Índice de Basileia de 27,9% em 30 de junho de 2018.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2018 concentraram 81% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

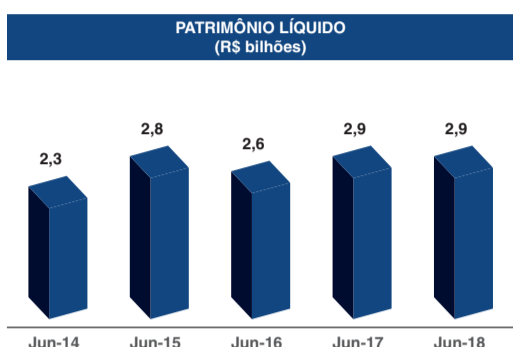
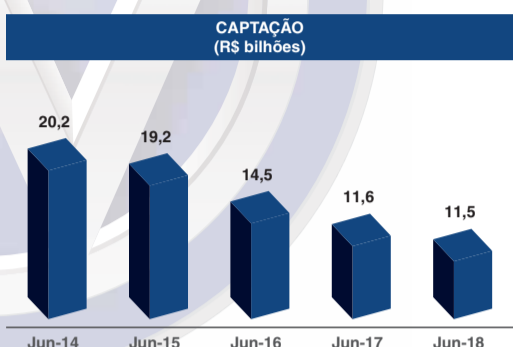
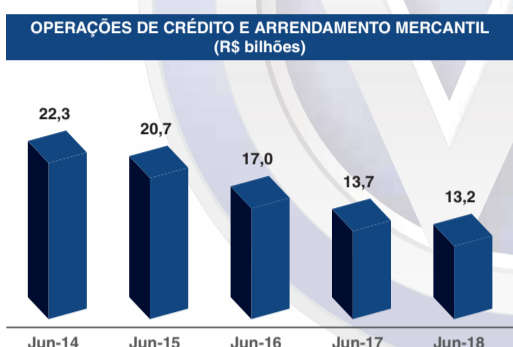
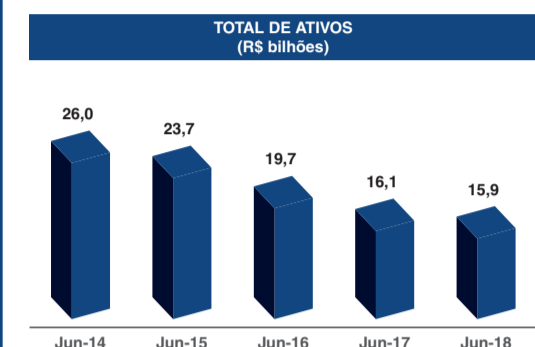
GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais, além da Autorregulação da Febraban, o que reflete o compromisso com a transparência e a excelência na prestação de serviços.



Em milhares de reais		Em milhares de reais	
ATIVO	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO
CIRCULANTE	8.876.319	9.390.343	5.653.367
Disponibilidades	2.879	4.205	20.027
Aplicações no mercado aberto	714.196	612.755	3.048.708
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	572.678	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	39.318	40.077	661.012
Carteira própria (Nota 4)	39.244	26.313	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	714.196	30.267	-
Operações de crédito (Nota 6)	6.950.317	7.241.623	-
Operações de crédito - setor privado	7.226.548	7.394.226	-
Operações de crédito vinculadas a cessão	16.632	186.817	-
Provisão para operações de crédito - setor privado	(292.863)	(339.420)	-
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(644)	(500)	-
Arrendamentos a receber - setor privado	106.244	81.689	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.952)	(79.702)	-
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.936)	(2.487)	-
Outros créditos	1.119.448	1.406.916	-
Créditos tributários (Nota 19 (a))	606.492	1.003.268	-
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	237.889	149.121	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(1.482)	(1.339)	-
Diversos (Nota 7)	277.346	255.866	-
Outros valores e bens	50.805	68.764	-
Despesas antecipadas (Nota 8)	2.436	6.836	-
Outros valores e bens	48.369	61.928	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.202.932	5.952.672	2.162.280
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	69.472	-
Carteira própria (Nota 4)	-	69.472	-
Operações de crédito (Nota 6)	5.037.331	5.197.090	-
Operações de crédito - setor privado	5.457.670	5.726.056	-
Operações de crédito vinculadas a cessão	-	22.872	-
Provisão para operações de crédito - setor privado	(420.339)	(551.838)	-
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(842)	(1.138)	-
Arrendamentos a receber - setor privado	105.334	117.223	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(104.694)	(115.941)	-
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(1.482)	(2.420)	-
Outros créditos	1.165.972	685.557	-
Créditos tributários (Nota 19 (a))	470.373	79.021	-
Diversos (Nota 7)	695.599	606.536	-
Outros valores e bens	471	1.691	-
Despesas antecipadas (Nota 8)	471	1.691	-
PERMANENTE	813.048	717.520	97.406
Investimentos	502.922	435.964	-
Investimento em controlada (Nota 9)	502.922	435.964	-
Imobilizado de uso - líquido de depreciação	331	12	-
Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (e))	289.787	254.733	-
Bens arrendados	356.061	335.248	-
Depreciações acumuladas	(66.274)	(80.515)	-
Intangível	20.008	26.811	-
Ativos intangíveis - líquido de amortização	20.008	26.811	-
TOTAL DO ATIVO	15.892.299	16.060.535	15.892.299
			16.060.535

Em milhares de reais		2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.317.711	1.270.750
Operações de crédito		1.220.278	1.232.051
Operações de arrendamento mercantil		81.291	51.529
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		17.482	56.927
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)		(1.340)	(69.757)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(547.017)	(677.100)
Operações de captação no mercado		(263.753)	(306.991)
Operações de empréstimos e repasses		(114.885)	(145.479)
Operações de arrendamento mercantil		(53.900)	(34.743)
Operações de venda de ativos financeiros		8.256	(20.208)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (g))		(122.735)	(169.679)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		770.694	593.650
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(245.008)	(193.492)
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21 (e))		32.390	26.910
Despesas de pessoal		(1.113)	(913)
Outras despesas administrativas (Nota 21 (b))		(124.100)	(128.595)
Despesas tributárias		(34.160)	(17.664)
Resultado de participação em controlada (Nota 9)		35.387	52.374
Outras receitas operacionais (Nota 21 (c))		126.711	35.813
Outras despesas operacionais (Nota 21 (d))		(280.123)	(161.417)
RESULTADO OPERACIONAL		525.686	400.158
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 21 (f))		(11.103)	(13.214)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		514.583	386.944
Imposto de renda (Nota 19 (c))		(120.624)	(82.522)
Contribuição social (Nota 19 (c))		(96.215)	(73.079)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		297.744	231.343
Lucro por ação do capital social no fim do semestre - R\$		0,95	0,74

Em milhares de reais		2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre		297.744	231.343
Ajustes ao lucro líquido:			
Amortizações e depreciações		4.298	5.618
Resultado de participação em controlada		(35.387)	(52.374)
Provisão para devedores duvidosos		122.735	169.679
Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		84.210	82.427
Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros derivativos		2.028	93.649
Reversão para outros valores e bens		(3.484)	(69)
Provisão para contingências e obrigações legais		97.245	72.221
Tributos diferidos		77.833	53.859
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE		647.222	656.353
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		12.235	21.206
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil		(208.709)	1.203.010
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens		67.901	(157.815)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(119.285)	(57.021)
VARIAÇÃO DE ATIVOS		(247.580)	1.009.380
Aumento (redução) em depósitos		1.131.640	1.083.511
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos		515.081	(448.464)
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME		(544.491)	(997.043)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos		-	(625.175)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		(215.496)	(558.719)
Aumento (redução) em outras obrigações		(849.506)	(361.051)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		(19.387)	(13.220)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS		17.841	(1.920.161)
(-) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		417.105	(254.428)
Aquisição de imobilizado de uso		(391)	-
Aquisição de ativo intangível		(1.791)	(2.888)
(-) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(2.132)	(2.888)
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		(56.345)	(46.040)
(-) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(56.345)	(46.040)
(-) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		358.628	(303.356)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		358.447	920.316
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (b))		717.075	616.960
(-) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		358.628	(303.356)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizada a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, sobre práticas contábeis, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2018	2017
Disponibilidades - depósitos bancários	2.879	4.205
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações no mercado aberto	714.196	572.678
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	40.077
	717.075	616.960

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

I - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

III - Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de hedge, as quais são destinadas a hedge de risco de mercado.

(e) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são classificadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I - Operações de crédito cedidas

De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas desde 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (c)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 17). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

II - Operações de arrendamento mercantil

II. (i) - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

II. (ii) - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R\$ 1.580 (2017 - R\$ 4.240). Os ganhos são registrados no resultado.

II. (iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.

A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A receita de superveniência de depreciação registrada no semestre findo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 6.957 (2017 - despesa de insuficiência de R\$ 4.345) e está apresentada na rubrica de receita com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no semestre findo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 42.53



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Em milhares de reais

(m) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. A provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

(n) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(o) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a incorrer e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias apropriadas até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no mercado aberto		Aplicações em depósitos interfinanceiros	
	2018	2017	2018	2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	83.998	421.787	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	459.043	13.891	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	171.155	137.000	-	-
Pós-fixado DI	-	-	40.077	40.077
	<u>714.196</u>	<u>572.678</u>	<u>40.077</u>	<u>40.077</u>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 30 de junho, sua composição é a seguinte:

Início FIDC	2018	2017
07/2012 Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Financiamento de Veículos - FIDC Driver One	-	26.312
12/2013 Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Financiamento de Veículos - FIDC Driver Two	14.478	34.421
12/2015 Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Financiamento de Veículos - FIDC Driver Three	24.766	35.052
	<u>39.244</u>	<u>95.785</u>
Circulante	39.244	26.313
Realizável a longo prazo	-	69.472

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o semestre de 2018 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data. Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&F Bovespa - B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 30 de junho, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor			Receita
	nominal	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap - Pré x DI	15.372	74	-	1.594
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	-	-	-	(2.930)
		74	-	(1.340)
Circulante		74	-	-

Tipo	Valor			Receita
	nominal	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap - Pré x DI	242.871	548	-	4.040
Swap de variação cambial - hedge de risco de mercado	1.072.000	29.719	(6.547)	(73.797)
		30.267	(6.547)	(69.757)
Circulante		30.267	-	-

Hedge

A estratégia de hedge da Instituição visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de hedge são classificadas como hedge de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, a Instituição possuía contratos de swap que venceram no primeiro semestre de 2018. Em 30 de junho de 2017 o valor nominal era de R\$ 1.072.000. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado do primeiro semestre de 2018 de R\$ 2.934 (2017 - negativo em R\$ 73.797).

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 30 de junho de 2018 e de 2017, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outros, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Operações de crédito	12.700.850	13.329.971
Operações de arrendamento mercantil	252.553	216.325
Outros créditos - títulos e créditos a receber	237.889	149.121
	<u>13.191.292</u>	<u>13.695.417</u>

(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil

	2018	2017
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	2.932	3.269
Bens arrendados	353.034	323.118
Depreciação acumulada de bens arrendados	(107.366)	(107.023)
Superveniência de depreciação	42.539	34.398
Perdas em arrendamento a amortizar (valor residual)	3.027	12.130
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(1.447)	-
Créditos por antecipação de valor residual	(40.166)	(41.677)
	<u>252.553</u>	<u>216.325</u>

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2023 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos arrendamentos no montante de R\$ 97.265 (2017 - R\$ 88.677), sendo que desse total R\$ 40.166 (2017 - R\$ 41.677) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

(c) Operações de crédito vinculadas a cessão

A Instituição realizou concessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das referidas operações (Nota 4). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica de operações de crédito vinculadas a cessão e o passivo registrado como obrigações por transferência de ativos com coobrigação (Nota 17). Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

	Data inícia			Passivo		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
FIDC Driver One	07/2012	899.462	1.007.150	-	-	-
FIDC Driver Two	12/2013	1.021.745	1.067.758	-	-	-
FIDC Driver Three	12/2015	1.096.939	1.083.880	-	-	-
		<u>3.018.146</u>	<u>3.158.788</u>			

	Ativo			Passivo		
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
FIDC Driver One	-	279	-	22.063	-	-
FIDC Driver Two	1.581	29.145	10.297	39.534	-	-
FIDC Driver Three	15.051	180.265	20.739	184.460	-	-
	<u>16.632</u>	<u>209.689</u>	<u>31.036</u>	<u>246.057</u>		

(d) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nível de risco	Curso anormal			Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos	Curso normal		
AA	-	-	676.150	676.150	117
A	-	-	7.773.056	7.773.056	39.492
B	96.451	26.608	2.050.630	2.173.689	21.665
C	144.559	11.803	1.131.387	1.287.749	38.628
D	109.890	14.048	315.079	439.017	42.964
E	61.910	9.146	226.596	297.652	89.321
F	27.156	6.389	47.285	80.830	40.415
G	31.685	11.494	10.159	53.338	37.486
H	194.814	99.523	115.474	409.811	409.811
	<u>666.465</u>	<u>179.011</u>	<u>12.345.816</u>	<u>13.191.292</u>	<u>719.899</u>

Nível de risco	Curso anormal			Total	Provisão
	Vincendas	Vencidos	Curso normal		
AA	-	-	418.240	418.240	57
A	-	-	8.182.483	8.182.483	41.856
B	83.902	38.377	1.869.172	1.991.451	19.914
C	185.445	13.380	1.238.702	1.437.527	43.141
D	151.645	15.491	438.264	605.400	59.828
E	148.561	21.245	187.851	357.657	107.675
F	51.381	12.781	28.608	92.770	46.385
G	54.659	12.785	36.698	104.142	72.907
H	258.991	119.225	127.531	505.747	505.747
	<u>934.584</u>	<u>233.284</u>	<u>12.527.549</u>	<u>13.695.417</u>	<u>897.504</u>

(e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

vincendas	Curso anormal		Curso normal		Total
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	
Até 180 dias	213.346	-	4.661.569	-	4.874.915
De 181 a 360 dias	158.817	-	2.551.378	-	2.710.195
Acima de 361 dias	264.405	-	5.099.181	-	5.363.586
	<u>636.568</u>	<u>0</u>	<u>12.312.128</u>	<u>0</u>	<u>12.978.593</u>

vencidos	Curso anormal		Curso normal		Total
	De 01 a 14 dias	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	
De 01 a 14 dias	19.964	-	33.688	-	53.652
De 15 a 60 dias	48.354	-	-	-	48.354
De 61 a 180 dias	61.791	-	-	-	61.791
De 181 a 360 dias	48.902	-	-	-	48.902
	<u>179.011</u>	<u>0</u>	<u>33.688</u>	<u>0</u>	<u>212.699</u>
	<u>845.476</u>	<u>0</u>	<u>12.345.816</u>	<u>0</u>	<u>13.191.292</u>

vincendas	Curso anormal		Curso normal		Total
	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	
Até 180 dias	271.891	-	4.634.749	-	4.906.640
De 181 a 360 dias	218.492	-	2.646.064	-	2.864.556
Acima de 361 dias	444.201	-	5.186.433	-	5.630.634
	<u>934.584</u>	<u>0</u>	<u>12.467.246</u>	<u>0</u>	<u>13.401.830</u>

vencidos	Curso anormal		Curso normal		Total
	De 01 a 14 dias	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	
De 01 a 14 dias	30.828	-	60.303	-	91.131
De 15 a 60 dias	61.780	-	-	-	61.780
De 61 a 180 dias	91.895	-	-	-	91.895
De 181 a 360 dias	48.781	-	-	-	48.781
	<u>233.284</u>	<u>0</u>	<u>60.303</u>	<u>0</u>	<u>293.587</u>
	<u>1.167.868</u>	<u>0</u>	<u>12.527.549</u>	<u>0</u>	<u>13.695.417</u>

(f) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Pessoas físicas	5.199.300	5.439.194
Outros serviços	4.248.303	4.543.192
Comércio	3.165.590	3.053.750
Indústria	515.992	595.906
Rural	25.893	37.446
Habituação	26.054	18.559
Intermediário financeiro	10.160	14.410
	<u>13.191.292</u>	<u>13.695.417</u>

(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	792.722	1.072.743
Constituição de provisão	122.735	169.679
Baixas por utilização	(195.558)	(344.918)
Saldo final	<u>719.899</u>	<u>897.504</u>

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 214.536 (2017 - R\$ 215.582). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 20.844 (2017 - R\$ 131.150) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 30 de junho é de R\$ 136.656 (2017 - R\$ 183.767).

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2018	2017
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 15 (a))	655.203	597.508
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	194.003	203.094
Impostos e contribuições a compensar	123.739	61.800
Total	<u>972.945</u>	<u>862.402</u>
Circulante	277.346	255.866
Realizável a longo prazo	695.599	606.536

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Referem-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. As despesas apropriadas referentes a estas comissões no semestre findo em 30 de junho de 2018 são de R\$ 1.911 (2017 - R\$ 7.925). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R\$ 2.907 (2017 - R\$ 8.527).

9. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Informações sobre a investida:	Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.	
	2018	2017
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro líquido do semestre	35.387	52.374
Patrimônio líquido	502.922	435.964
Resultado de equivalência patrimonial	35.387	52.374
Investimento	502.922	435.964

10. DÉBITOS

A carteira de depósitos está custodiada na CETIP, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 97,5% a 105,4% do DI (2017 - 98,0% a 106,7% do DI). Em 30 de junho, é composta como segue:

	2018		2017	
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Até 90 dias	-	316.739	60.671	156.121
De 91 a 365 dias	-	2.731.969	182.314	940.827
De 1 a 3 anos	235.310	1.459.088	60.121	1.812.530
Acima de 3 anos	-	467.882	-	442.561
Total	<u>235.310</u>	<u>4.975.678</u>	<u>303.106</u>	<u>3.352.039</u>

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pela Instituição, custodiadas na CETIP, no montante de R\$ 1.248.023, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 103,5% a 105,0% do DI, com vencimento até junho de 2020 (2017 - R\$ 613.772 de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até junho de 2019).

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país e no exterior que venceram no primeiro semestre de 2018. Em 30 de junho de 2017 o valor das operações em dólar era de USD 337.556. O montante das obrigações por empréstimos atualizado era de R\$ 1.122.348 a taxas de juros prefixadas de 2,3% a 2,5% ao ano. Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos financeiros para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de hedge de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5). Em 30 de junho de 2017, os prazos de vencimentos das obrigações por empréstimos eram de:

	2017	
	No exterior	No país
Até 90 dias	-	743.745
De 91 a 365 dias	165.746	212.857
Total	<u>165.746</u>	<u>956.602</u>

13. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses (7,89%) à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

||
||
||



Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP

www.bancovw.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 Em milhares de reais

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	2018	2017
Benefícios de curto prazo.....	3.194	2.617
Benefícios pós-emprego.....	57	45
Outros benefícios de longo prazo.....	196	140
	<u>3.447</u>	<u>2.802</u>

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

(iii) Risco de Taxa de Juros - define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez - define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental - define-se risco socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido, monitorando o cumprimento das ações estabelecidas, avaliando a efetividade das ações implementadas, bem como identificar eventuais deficiências e necessidades de ajustes;

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html.

(b) Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas com serviços especializados.....	94.932	102.638
Despesas com registro de contrato.....	19.028	15.062
Despesas de comunicação e manutenção.....	3.412	3.708
Despesas com depreciação e amortização.....	4.298	5.618
Despesas com publicidade.....	1.258	556
Outras despesas administrativas.....	1.172	1.013
	<u>124.100</u>	<u>128.595</u>

(c) Outras receitas operacionais

	2018	2017
Resultado com tributos (Nota 15 (d)).....	89.226	-
Recuperação de encargos e despesas.....	15.351	13.890
Variação monetária ativa (i).....	14.297	21.152
Reversão de provisões.....	7.491	387
Outras receitas operacionais.....	346	384
	<u>126.711</u>	<u>35.813</u>

(i) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

(d) Outras despesas operacionais

	2018	2017
Despesas com descontos concedidos.....	108.877	50.095
Despesas com provisões operacionais (i).....	68.828	11.119
Despesas com comissões.....	50.756	44.645
Despesas com busca e apreensão.....	16.271	17.108
Variação monetária passiva (Nota 15(b)).....	9.294	25.534
Outras despesas operacionais.....	26.097	12.916
	<u>280.123</u>	<u>161.417</u>

(i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

(f) Resultado não operacional

Refere-se, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R\$ 11.103 (2017 - R\$ 13.214).

(g) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pela Instituição, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 30 de junho de 2018 totaliza R\$ 7.658 (2017 - R\$ 7.130), cuja provisão é de R\$ 77 (2017 - R\$ 71), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

DIRETORIA

RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA

FABRIZIO RUGGIERO

MARIANA PAMPLONA PASCHOAL

CONTADOR

WILLIAM ARIEDI LIMA - Contador - CRC 1SP217638/O-5

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

A Auditoria Interna atua de forma independente na realização de trabalhos de aferição da adequação dos processos, na avaliação dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos e na avaliação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios contábeis e financeiros.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e emissão de opinião sobre a sua adequação, em todos os aspectos relevantes, em relação à posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Avalia, também, como resultado de seus trabalhos, a qualidade e adequação do sistema de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Dentre as atividades exercidas pelo Comitê de Auditoria no decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2018, destacam-se: (i) a revisão das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018, incluindo notas explicativas, relatório da Administração e parecer da Auditoria Independente; (ii) o acompanhamento da efetividade das Auditorias Interna e Independente, inclusive quanto à definição e consecução de seu planejamento de trabalhos e à verificação do cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis ao Banco Volkswagen, além de regulamentos e políticas internas; (iii) a avaliação da efetividade dos sistemas de gestão de riscos e de controles internos do Banco Volkswagen; (iv) a realização de reuniões periódicas com executivos das áreas de gestão de riscos, produtos, projetos, tecnologia, jurídico, tributário e compliance, contabilidade, controles internos, atendimento ao cliente e ouvidoria; (v) o acompanhamento das atividades relevantes desenvolvidas pela Administração para implantação das Resoluções do CMN 4.557/2017 e 4.588/2017; e (vi) o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Administração para atender, de forma apropriada e tempestiva, às recomendações feitas pelos órgãos reguladores e pelas Auditorias Interna e Independente.

Durante o desenvolvimento de suas atividades o Comitê de Auditoria formulou recomendações à Administração, com objetivo de robustecer o ambiente de controles internos.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

A política de independência e os trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Independente no semestre findo em 30 de junho de 2018 também foram avaliados pelo Comitê de Auditoria, que constatou não haver evidências ou fatos que possam prejudicar sua atuação, sua opinião sobre a integridade das demonstrações financeiras e a postura independente de suas ações.

As atividades da Auditoria Interna foram acompanhadas pelo Comitê de Auditoria por meio de reuniões periódicas e do acompanhamento da execução de seu plano anual e suas principais conclusões, relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2018, que constatou que os trabalhos produzidos pela Auditoria Interna têm respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria para formar sua opinião sobre os riscos e controles da organização.

Por todo o exposto, conclui o Comitê de Auditoria que: (i) os sistemas de gestão de riscos e controles internos são compatíveis com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio do Banco Volkswagen, não tendo sido detectadas deficiências relevantes que possam impactar sua efetividade; (ii) os trabalhos realizados pelas Auditorias Interna e Independente do Banco Volkswagen são satisfatórios, possuem qualidade e transparência; e (iii) as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 encontram-se em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em vista dos resultados dos trabalhos que desenvolveu e com base no parecer da Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações decorrentes do contexto e alcance de sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 27 de agosto de 2018.

	O Comitê de Auditoria	
Fabrizio Ruggiero Presidente	Rafael Vieira Teixeira	Mariana Pamplona Paschoal Membro Qualificado

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2